

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**POLÍCIA COMUNITÁRIA - ATUAÇÃO, PAPEL E IMPORTÂNCIA PARA A
SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS.**

Gabriel Andrade Sousa Domingos

Johnathan Tarley A.P. Rodrigues

RESUMO

Este estudo aborda a crescente implementação da Polícia Comunitária, conhecendo seu modelo de policiamento e forma de atuação, destacando sua abordagem inovadora no enfrentamento da criminalidade. Ademais, buscando como objetivo apresentar o que é a polícia comunitária, demonstrando a sua importância ao moldes da segurança pública moderna conjuntamente com a população. Utilizou-se como metodologia uma pesquisa dedutiva e qualitativa, por meio de um questionário voltado para os policiais e também foi utilizado a revisão literária. Assim, conclui-se com esse trabalho que a polícia comunitária é crucial para promover uma maior segurança pública e aproximação entre agentes da segurança e sociedade.

Palavras-chave: Polícia Comunitária, Segurança Pública, Participação Cidadã, Prevenção Primária, Cooperação Polícia-Sociedade.

ABSTRACT

This study addresses the growing implementation of Community Policing, highlighting its innovative approach to tackling crime. The philosophy of community policing aligns with the Federal Constitution, seeking to ensure public safety through active citizen participation. The focus on primary prevention of crimes involves integrated programs with the community, relying on the collaboration of the population. It is concluded that Community Policing emerges as a response to the traditional policing model, promoting a legal approach centered on human dignity and fostering cooperation between the police and society.

Keywords: Community Policing, Public Safety, Citizen Participation, Primary Prevention, Police-Society Cooperation.

¹ Aluno do Curso de Formação Policial, Turma Charlie, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, gabrielandradegd10@gmail.com;

² Professor orientador: Johnathan Tarley A. R. Rodrigues, Bacharel em Direito (UFG); Especialista em Políticas Públicas (UFG); Especialista em Policiamento Comunitário (UNISUL); Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública (UEG); Mestre em Desenvolvimento Regional (MDR-Unialfa); Tenente-Coronel da PMGO, tarleypmgo@gmail.com. Goiânia-Go, Outubro de 2023.

INTRODUÇÃO

Segundo as diretrizes do Programa de Polícia Comunitária no Brasil (2008), os primeiros registros da prática no mundo remontam ao modelo inglês, inaugurado pelo Ministro do Interior Robert Peel em 1829, com a criação da Polícia Metropolitana de Londres, que deu início ao processo de comunitarização da polícia. Um momento significativo na promoção da polícia comunitária ocorreu nos Estados Unidos a partir de 1992, quando o governo de Bill Clinton alocou recursos para o treinamento, tecnologia e fortalecimento da relação entre a polícia e a comunidade.

Foi estabelecido um órgão chamado COPS, cuja missão era supervisionar e reformar as forças policiais, implementando programas voltados para a comunidade, incentivando a participação cidadã e promovendo o reconhecimento do serviço policial.

Conforme Skolnick e Bayley a Polícia Comunitária é uma forma de prevenção ao crime, buscando estratégias para que as comunidades e seus residentes desempenhem funções para proteção de seus bairros e suas casas. Essa forma de policiamento é essencial nos dias atuais, pois funciona com uma parceria entre a comunidade e a polícia, tornando uma participação ativa da população no combate à criminalidade.

Assim, a polícia comunitária estabelece uma presença mais amigável e próxima com a sociedade, interagindo de maneira positiva com os moradores. Isso ajuda a ter maior confiança no trabalho da polícia e faz com que a polícia entenda as necessidades da população e dos locais.

Hodiernamente, cada espaço social possui suas peculiaridades quanto a criminalidade em que muitas das vezes a população tem resistência quanto ao trabalho da polícia. Com isso, surge a polícia comunitária buscando estratégias e soluções para uma maior interação entre a comunidade e a polícia, desenvolvendo meios eficientes para redução na criminalidade.

A Polícia Comunitária é uma representação do resultado de um processo de redemocratização do Brasil. Com o passar do tempo e a complexidade da sociedade e do crime, é necessário outros meios de combater a criminalidade sem ser com um policiamento somente reativo, sendo necessário ações da segurança pública diferenciadas, uma visão nova quanto às dificuldades.

Assim, a polícia busca sair de um modelo tradicional, em que a força é a primeira e único meio de instrumento de intervenção, buscando uma policial que garanta os direitos do cidadão e proteja a sociedade, sem usar a força para cometimentos de abusos.

Contudo, é importante ressaltar que esse tipo de policiamento em muitas das vezes a uma resistência por parte dos policiais e da sociedade, pois muito não compreende a necessidade de mudança na atividade policial, assim surgem muitas dúvidas quanto a esse

trabalho, como: como funciona a atividade de polícia comunitária no Estado de Goiás? Quais as estratégias e meios utilizados para exercer essa proximidade com a população?

O objetivo geral deste presente estudo é analisar e entender o trabalho da Polícia Comunitária, demonstrando para a sociedade a importância da vigilância comunitária. Como objetivos específicos, destacaram-se: entender o conceito de polícia comunitária, entender os efeitos das ações de policiamento comunitário; compreender o papel desempenhado pela polícia comunitária e o seu papel constitucional no Estado de Goiás.

REVISÃO DE LITERATURA

1- Origem do policiamento comunitário

O policiamento comunitário inicia com o modelo inglês, criado através de uma força regular para preservação da ordem pública, com o Ministro britânico Robert Peel, criando a organização da polícia metropolitana. Esse tipo de policiamento revolucionou o jeito de pensar sobre a polícia, pois buscou uma aproximação entre a sociedade e a polícia, para um trabalho conjunto contra a criminalidade

É costume associar a inovação na polícia ao nome de Robert Peel, que em 1829 apresentou ao mundo a Polícia Metropolitana de Londres. Frente ao problema de conciliar o medo dos altos índices de criminalidade com o temor generalizado diante do abuso de poder por parte da polícia, Peel e seus colaboradores introduziram algumas inovações simples e brilhantes. Criaram um uniforme azul facilmente identificável, mas sem aparência militar, privilegiaram os recrutas que tinham vínculos com a comunidade local, desenvolveram as bases de um sistema de carreira profissional, espalharam patrulhas a pé pela cidade de Londres e a mais radical de todas desarmaram os patrulheiros. Muitos cidadãos ingleses recordavam, e ainda temiam, o terrível massacre de Peterloo, quando exército e cavalaria atacaram com fuzis e baionetas uma manifestação pacífica. Assim, a polícia de Peel criou dois objetivos, vistos como complementares: reduzir a criminalidade e melhorar a segurança pública, ao mesmo tempo em que mostrava à opinião pública não ser a polícia nenhuma "máquina de opressão". (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 11)

De acordo com a pesquisa: programas de polícia comunitária no Brasil (2005) realizada pela universidade federal do rio grande do sul: a resolução da ONU nº34/169, foi um marco fundamental para uma maior força do policiamento comunitário, ao mostrar que qualquer órgão do sistema de segurança pública deve ser representativo da comunidade, buscando solucionar as necessidades da comunidade e ser responsável por ela, assim essa resolução acabou por influenciar as forças policiais a ter uma nova visão de sua função.

Os Estados Unidos foram pioneiros no desenvolvimento do policiamento comunitário, uma ideia inicialmente proposta entre 1914 e 1919 na cidade de Nova York pelo comissário de polícia Arthur Woods. De acordo com SKOLNICK, Jerome H., e BAYLEY, David H. (2002), a intenção do comissário era instilar nas camadas mais básicas do policiamento uma percepção

da importância social, do sentimento de dignidade e do valor público do trabalho policial. Em sua visão, uma comunidade bem informada beneficia a polícia, uma vez que o respeito pelo trabalho policial aumenta quando os cidadãos compreendem as complexidades, dificuldades e significado das responsabilidades dos policiais.

No Brasil, a inovação para a polícia chegou somente em 1990, juntamente com a ideia de Estado Democrático de Direito. Tendo como principais percursos o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Como a ideia de proteção de direitos e liberdade individuais contra a força e poder do Estado ganhou força, a polícia teve que acompanhar esse processo de democratização buscando meios para se adequar. Assim, no Brasil, as primeiras cidades a adotarem essa forma foram Copacabana e Guaçuí.

Segundo Diniz e Zanchi, foi a partir da década de 1990 que os estados começaram a implementar programas de policiamento comunitário. Com o estabelecimento do Fundo Nacional de Segurança Pública em 2000, essas iniciativas passaram a ser financiadas com recursos próprios provenientes do governo federal.

1.1 Conceito e objetivo da polícia comunitária

Inicialmente, de acordo com a definição de Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1999), a polícia comunitária é conceituada como uma filosofia e estratégia organizacional que estabelece uma nova parceria entre a população e a polícia. Essa abordagem parte da premissa de que ambas as partes devem colaborar de maneira conjunta para promover maior segurança.

Operacionalmente, o policiamento comunitário é um serviço completo, pois realiza a patrulha e trabalha em uma mesma área, atuando em parceria com a população desse entorno.

Um ponto a ser destacado é desmistificar que essa forma de polícia é suave com o crime, pois se acredita que o trabalho policial é somente de repressão ao crime. Hodiernamente, é necessário que a polícia de adequa a realidade, buscando outros meios ao combate a criminalidade, principalmente quanto a prevenção, pois visa evitar o crime pela raiz, antes que ele ocorra.

Para Kappeler e Gaines (2011), a polícia comunitária exige que o profissional considere estratégias e táticas, que incluem as prisões e apreensões, não sendo elas as únicas opções para a segurança. Assim, não quer dizer que a polícia seja branda com o crime, mas significa que ele usa água de uma forma analítica e resolutiva, possibilitando outras maneiras de lidar com a criminalidade.

Destaca-se como um dos objetivos principais da polícia comunitária uma atuação preventiva e ostensiva. Essa forma se diferencia das outras atuações policiais, pois envolve a comunidade, podendo identificar os problemas que estão presente na sociedade juntamente

com os cidadãos, fazemos um trabalho conjunto para estratégias e meios para a prevenção ao crime.

Assim, temos uma nova filosofia, estratégia de policiamento que pode ser realizada de diversas formas, pois não é um trabalho único, mas sim dinâmico pois sua atuação vai depender da necessidade de cada área.

Com essa proximidade, a polícia militar poderá reconhecer de forma efetiva quais são os imbrólios relacionados a violência e a criminalidade naquele local.

O policiamento é uma das atividades necessárias para a prevenção criminal, mas, isoladamente, tem efeitos limitados sobre a situação da segurança pública no Estado. Apesar destas limitações, o policiamento comunitário é considerado um tipo de policiamento capaz de contribuir para a melhoria da segurança pública, principalmente quando promover a integração de esforços da polícia e da comunidade no desenvolvimento de programas de prevenção do crime e gestão local da segurança pública (MESQUITA NETO, 2004, p.8).

2. Policiamento Comunitário x Policiamento Tradicional

O modelo tradicional de polícia, conhecido como policiamento clássico ou profissionalismo burocrático. É uma atuação voltada para atendimentos de ocorrência e acontecimento específicos, uma atividade utilizando-se mais da força, em que informados de uma situação emergencial, devem chegar o mais rápido possível no local, dar a solução possível ao problema. Dessa forma, observa-se uma atuação mais repressiva por parte da polícia militar, em que visa minimizar os estragos causados por aquela ocorrência.

Conforme destacado no artigo científico "Da Transição de uma Polícia de Controle para uma Polícia Cidadã" (2004), no modelo tradicional, a força tem sido predominantemente o primeiro e quase único meio de intervenção, frequentemente empregado de maneira não profissional, desqualificada e inconsequente, muitas vezes à margem da legalidade.

É viável, portanto, utilizar essa força de maneira legítima, desde que seu foco seja direcionado para a garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos, além da interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como principais instrumentos. Isso requer uma força policial altamente capacitada para eventual uso da força, tomando decisões ponderadas sobre sua aplicação.

Essa abordagem deve ser fundamentada em políticas públicas que priorizem investimentos na qualificação, modernização e mudanças estruturais e culturais adequadas.

O policiamento comunitário trata-se de unir meios para o combate à criminalidade. São programas que buscam aumentar o número de pessoas e atores envolvidos para identificar e solucionar as raízes do problema, ou seja, busca-se primeiro resolver o que inicia a problemática e não quando ocorre.

Assim, o policiamento comunitário atua de forma conjunta, buscando o trabalho de prevenção, que é um pedir o surgimento da problemática ou evitar que ele tome maiores proporções.

Esses dois tipos de policiamento não podem se anular, pois a complexidade da criminalidade é elevada, assim é necessário diversos meios para buscar solucionar a violência. Com isso, é necessário tanto um trabalho pontual, quanto o problema está ocorrendo, quanto ainda não ocorreu.

Para uma melhor análise de diferença de atuação da polícia tradicional e comunitária, foi feita uma relação de diferença entre essas duas formas de polícia pelo Ministério da Justiça no Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, conforme é mostrado abaixo.

- **Polícia tradicional:** A polícia, enquanto agência governamental, concentra-se principalmente na aplicação da lei. As prioridades da polícia muitas vezes entram em conflito com outras instituições de serviço público, e seu papel central é resolver crimes, com ênfase em delitos como roubo a banco, homicídios e outros envolvendo violência. A abordagem da polícia é mais reativa, enfocando incidentes, e sua eficiência é frequentemente medida pelo tempo de resposta. O profissionalismo é caracterizado por respostas rápidas a crimes graves, e a polícia, em sua atuação, muitas vezes vê a comunidade local como um território de confronto, representando, no máximo, 2% da população residente, onde todos são inicialmente considerados inimigos, marginais ou pessoas sem compromisso, até que se prove o contrário.
- **Polícia comunitária:** Na perspectiva da polícia comunitária, a ênfase recai na ideia de que "a polícia é o público e o público é a polícia". Os policiais são considerados membros da população pagos para se dedicarem integralmente às necessidades dos cidadãos. Na interação com outras instituições de serviço público, a polícia é apenas uma entre várias responsáveis pela qualidade de vida da comunidade. O papel principal da polícia comunitária é adotar uma abordagem mais abrangente, com foco na resolução de problemas, especialmente por meio da prevenção. Suas prioridades incluem qualquer problema que afete a comunidade, e a polícia se envolve mais com os problemas e preocupações dos cidadãos. A eficácia da polícia comunitária é determinada pelo apoio e cooperação do público, e seu trabalho é direcionado para os 98% da população de sua área, composta por pessoas de bem e trabalhadores.

Para entender melhor, segue abaixo uma tabela comparativa:

TABELA 1- Diferença entre Policia Comunitária x Policia Tradicional

Aspecto	Polícia Tradicional	Polícia Comunitária
Responsabilidade principal	Cumprimento da lei	Atender as obrigações dos cidadãos; Foco na qualidade de vida da comunidade
Relação com instituições públicas	Prioridades frequentemente conflitantes; Agência principal	Apenas uma das instituições governamentais; Responsável pela qualidade de vida da comunidade
Enfoque de atuação	Resolução do crime; Incidentes violentos	Resolução de problemas e prevenção; Atenção às preocupações da comunidade
Prioridades	Crimes graves como roubo a banco, homicídio; Envolvendo violência	Qualquer problema que aflige a comunidade; Prevenção de problemas

Foco de atenção	Crimes, tempo de resposta como medida de eficiência	Problemas e preocupações da comunidade; Apoio e cooperação como métrica de eficácia
Caracterização do profissionalismo	Respostas rápidas a crimes sérios; Foco na marginalidade local	Membros da população dedicados em tempo integral às necessidades da comunidade; Foco na qualidade de vida e prevenção

Fonte: Ministério da Justiça, curso de polícia comunitária)

3. Policiamento Comunitário no Estado de Goiás

O Estado de Goiás foi um dos precursores para a implementação da polícia comunitária em suas atividades. Adotou a filosofia nos seus cursos de formação.

Um exemplo dos projetos implementados, ocorreu no 9º batalhão de polícia militar (BPM), após a criação do 14º Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), que ficou reconhecido nacionalmente, ganhando o Concurso Motorola de Projeto de Polícia Comunitária (Senasp 2013).

Segundo o estudo realizado pelo SENASP, o programa de polícia Comunitária goiano se destaca por: redefinição estratégica, comprometimento, policiamento gerencial, parceria, confiabilidade e setorização.

Atualmente, existe uma padronização para ser realizada pela polícia comunitária. Na Polícia Militar do Estado de Goiás utiliza-se o Procedimento Operacional e Padrão (POP). Essa ferramenta é de suma importância para padronizar as ações em todo o Estado buscando fazer com que o policial busque cada vez mais aproximação com a sociedade.

Destarte, conforme o POP 210.01 um dos resultados esperados do policiamento comunitário é que esse tipo de atuação estabeleça uma relação de parceria entre a Polícia Militar e a comunidade e que o cidadão seja um divulgador da cultura de segurança.

Assim, busca mudar a relação da polícia com a sociedade, é entender que o Estado e seu povo precisam trabalhar conjuntamente para combater a violência e obter êxito para a melhoria da qualidade de vida, contribuindo com a segurança.

Além disso, a abordagem da Polícia Comunitária deve estar centrada na vontade de transformar a relação entre a população e a polícia. Seu enfoque principal é atender aos anseios, demandas e necessidades expressas pela própria comunidade, orientando as atividades policiais de acordo com essas prioridades.

Dessa forma, a Polícia Comunitária destaca a responsabilidade da população em relação aos assuntos de segurança pública, colaborando com o Estado e participando ativamente das discussões para encontrar as melhores soluções para os problemas, conforme destacado por MONJARDET (2003). De acordo com Rolim (2006), o compromisso da Polícia Comunitária reside na compreensão de que a preservação da paz pública e da segurança é uma

missão compartilhada entre o Estado e a sociedade. Isso implica no consenso de que, por si só, a polícia não pode alcançar eficácia sem a colaboração da sociedade.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão tem por objetivo analisar e entender como funciona a filosofia de polícia Comunitária, qual é a visão dos policiais e dos cidadãos acerca desse modelo e o que é esperado.

A metodologia adotada para a análise de dados é quantitativa, buscando um maior banco de dados para uma análise e verificação ampla acerca da temática. Conforme Magryng (2002), a ênfase na quantidade de indivíduos como objeto de estudo é essencial para a pesquisa quantitativa.

A pesquisa a ser realizada é um estudo de campo quantitativa, utilizando perguntas objetivas e claras, com o objetivo de entender como funciona a atuação do policiamento comunitário no Estado de Goiás, qual a visão dos policiais, das pessoas e o que necessário para uma maior eficácia desse trabalho, buscando uma melhoria para promover maior segurança pública. O questionário será disponibilizado e compartilhado buscando respostas de policiais que estão no CAS E CFP na Academia de Polícia Militar.

Segundo Munhoz (1989), o conceito de pesquisa de campo está relacionado com o estudo realizado de forma direto, ou seja, busca-se dados que ainda não são conhecidos, que obtendo será possível ter a análise sobre a temática.

Foi escolhido os policiais militares que estão presentes na academia pela sua experiência na polícia militar, entender qual a opinião de quem vê a realidade dia a dia e que tem aproximação com a população é de suma importância para desmistificar se a polícia comunitária é realmente capaz de prevenir o crime.

É fundamental entender a função da polícia comunitária através dos olhos de quem está fora da polícia, buscando analisar as maiores necessidades da sociedade e o que é esperado da polícia militar por eles.

4. Resultados e Discussões

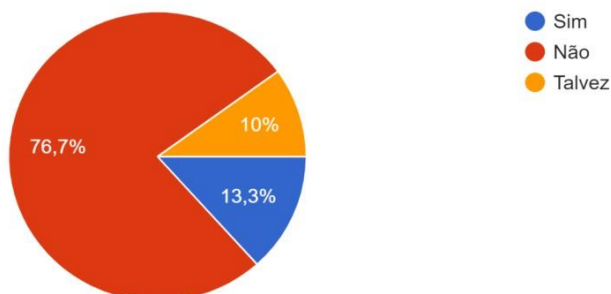
Para a realização desta análise, foi conduzido um questionário respondido por 30 policiais militares, visando coletar opiniões que embasassem o estudo. Além disso, foram consideradas referências de autores especializados no tema. A primeira questão do questionário indagava se os Policiais Militares já tinham participado de ações de policiamento comunitário.

Segundo Bretas e Rosemberg (2013), observa-se uma relutância por parte dos policiais em se envolver com o policiamento comunitário, possivelmente devido à falta de consolidação

desse modelo e à crença de que o policiamento tradicional é mais eficaz. Consequentemente, a análise dos dados revelou que a maioria dos policiais não se engaja ativamente em atividades de policiamento comunitário, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Frentes de policiamento comunitário

Já participou ativamente em frentes de policiamento comunitário?
30 respostas



Fonte: Autor (2023)

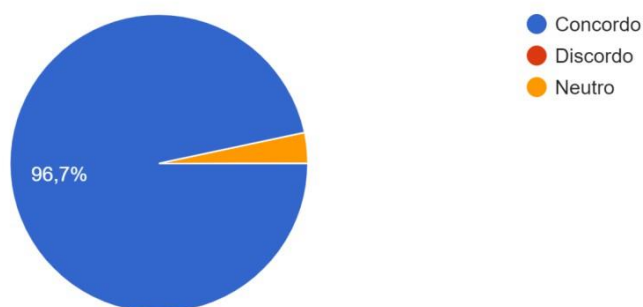
É essencial compreender que a polícia comunitária desempenha um papel fundamental na prevenção primária do crime. Ela representa um avanço significativo na segurança pública, atendendo às necessidades e melhorando as condições de vida da comunidade.

Conforme argumentado por Souza (2009), a Polícia Militar desempenha um papel crucial na manutenção da ordem social e na promoção da convivência harmônica na comunidade. No entanto, devido às circunstâncias atuais, a força policial enfrenta uma carga de trabalho excessiva. Nesse contexto, a implementação da polícia comunitária surge como uma maneira de auxiliar na prevenção de delitos e fortalecer a segurança local.

Na segunda questão, indagou-se se os policiais acreditam que o policiamento comunitário contribui para a melhoria da segurança em seus respectivos bairros. É evidente que a maioria concorda que esse método preventivo resulta em uma maior sensação de segurança, conforme claramente demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Polícia Comunitária- Mais segurança

Você acredita que o policiamento comunitário contribui para melhorar a segurança em seu bairro?
30 respostas



Fonte: Autor (2023)

Dessa maneira, como uma estratégia organizacional, a polícia comunitária busca obter vantagens por meio de uma parceria efetiva com a comunidade, potencializando assim sua capacidade de ação e a qualidade de seu desempenho. A participação ativa dos cidadãos fortalece as operações da corporação, possibilitando uma colaboração eficaz na identificação e priorização de problemas locais, além de contribuir na formulação de soluções, conforme destacado pelo Coronel Carlos em 2015.

Percebe-se a importância da Polícia Comunitária, em que policiais visam e acreditam que essa forma é eficiente no combate e na prevenção ao delito, atuando sobre as causas da criminalidade e buscando soluções para o problema que estimulam a prática da violência. Segundo Gondim e Varejão (2007, p. 40):

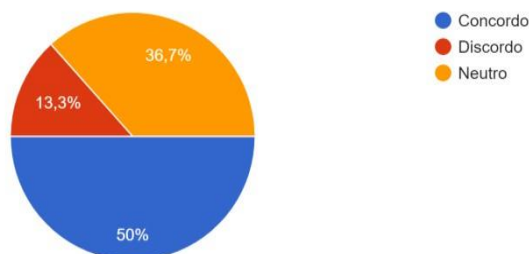
Destarte, o policiamento comunitário tem como função diminuir a delinquência e o medo do crime, aumentando a qualidade de vida. Assim, a ampliação do trabalho da polícia e a reorganização de suas funções em prol de uma política de benefícios em longo prazo, voltada para o trabalho com a comunidade são características essenciais dessa iniciativa, que possui três fundamentos: a) as parcerias comunitárias, como forma de trazer as pessoas e a vizinhança para a prática do policiamento; b) a solução de problemas, que transforma os medos e anseios da comunidade em prioridades a serem combatidas pelas intervenções; c) o gerenciamento da mudança, em que se vê necessária a mudança estrutural da organização do policiamento.

A terceira pergunta abordou sobre que a forma de policiamento da polícia comunitária é mais eficaz do que o policiamento tradicional, e percebeu-se que a metade dos que responderam acreditam que o modelo moderno de policiamento seja mais eficaz, e a outra metade ficou neutra e uma pequena parcela discordou.

Gráfico 3: Eficácia do policiamento comunitário

Você acredita que essa forma de policiamento é mais eficaz que um policiamento tradicional?

30 respostas



Fonte: Autor (2023)

O policiamento tradicional adota uma estratégia repressiva, concentrando-se no combate direto aos criminosos e na resolução de crimes relevantes, sem abordar as causas subjacentes dos

delitos e sem estabelecer uma conexão efetiva com a comunidade (André Felipe, 2013). Com a evolução da sociedade, a segurança pública teve que se adaptar para atender às demandas tanto da segurança coletiva quanto individual, dando origem ao modelo de polícia comunitária.

No contexto da polícia comunitária, a sociedade desempenha um papel ativo na comunicação com os policiais, contribuindo para a determinação das situações que demandam atenção e das medidas apropriadas a serem tomadas. Nesse modelo, a comunidade atua em conjunto com o Estado, influenciando as diretrizes adotadas pelos órgãos de segurança pública. Essa abordagem fortalece a proximidade entre a população e a polícia, promovendo um maior senso de segurança.

O policiamento, dentro desse paradigma, deve ser orientado de maneira preventiva e ancorado na comunidade. Isso vai além de simplesmente atender às demandas sociais; requer um contato prévio e contínuo entre os policiais e a comunidade, estabelecendo uma troca de informações que permita uma atuação policial alinhada diretamente às preocupações específicas daquela sociedade em particular.

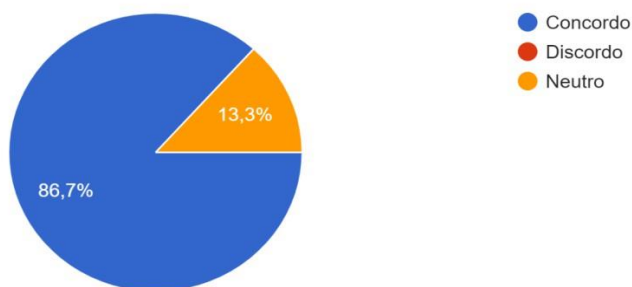
A filosofia de policiamento comunitário busca uma interação e cooperação entre a polícia e a sociedade. Destaca-se no Estado de Goiás, conforme o Procedimento Padrão, uma visita comunitária, visita solidária e reuniões comunitárias com o objetivo de aproximar-se da comunidade e mostrar para o cidadão a importância do trabalho conjunto em prol da segurança de todos.

Conforme observado por Marcineiro e Pacheco (2005), a proximidade com a comunidade não apenas enaltece o serviço policial, mas também reforça a capacidade de prevenção, reduz o receio que os cidadãos têm em relação à polícia e amplia a sensação de segurança. Portanto, a intenção é reduzir a distância existente entre a polícia e a comunidade. Nesse contexto, surge a indagação sobre a existência de uma aproximação da sociedade com a polícia visando combater a criminalidade por meio da abordagem da polícia comunitária.

Gráfico 4: Aproximação sociedade/Polícia

Em sua opinião, existe uma aproximação da sociedade com a polícia para combater a criminalidade através da Polícia Comunitária?

30 respostas



Fonte: Autor (2023)

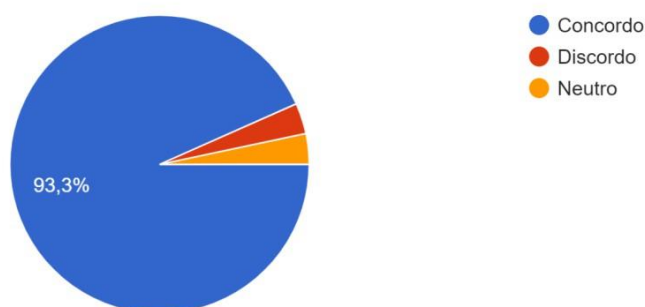
O Gráfico acima demonstra que os policiais acreditam que há uma aproximação com a sociedade para combater a criminalidade. Isto é possível por causa da filosofia de polícia comunitária que busca essa interação. Dentro desse cenário, Bayley e Skolnick afirmam que a ideia fundamental do policiamento comunitário é que a população deve desempenhar um papel mais ativo e colaborativo na busca pela segurança. A responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente à polícia, e nem mesmo o sistema de justiça criminal pode enfrentar essa tarefa de forma isolada.

Essa forma de policiamento preza por uma constante presença, mantendo um contato com a comunidade, buscando interagir e estabelecer uma relação de confiança, de respeito, amizade e cooperação entre as duas partes. Com isso, resultasse em uma aproximação de estima e confiança, em que os cidadãos se sintam mais abertos e acessíveis. Com isso, a pergunta de número 5 refere-se que o contato entre a comunidade e a polícia é importante para as pessoas se sentirem mais seguras, e mostra que a maioria dos policiais concordam que esse contato gera maior sentimento de segurança.

Gráfico 5: Sensação de Segurança

O contato entre comunidade e a Polícia é importante para as pessoas se sentirem mais seguras?

30 respostas



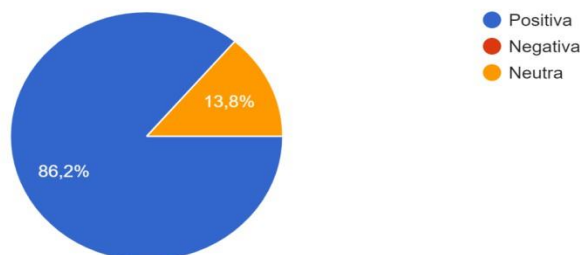
Fonte: Autor (2023)

E, por fim, foi perguntado aos policiais militares como eles analisam a relação entre a sociedade e a polícia, e o resultado foi que a maioria acredita que há uma relação positiva.

Gráfico 6: Relação do cidadão com a polícia

Como você analisa a relação entre a sociedade e a polícia em Goiás?

29 respostas



Fonte: Autor (2023)

5. Considerações Finais

Com base nos estudos realizados e nas referências consultadas, observa-se um aumento na implementação da filosofia de Polícia Comunitária em diversos países. Este novo modelo de policiamento procura se adaptar à modernidade, apresentando uma abordagem diferente no enfrentamento e prevenção da criminalidade.

Esse tipo de policiamento visa alinhar suas atividades com a Constituição Federal, a qual busca assegurar a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, com a participação ativa dos cidadãos. Nessa perspectiva, a polícia comunitária busca reduzir a violência, exercendo uma prevenção primária contra a prática de delitos por meio de programas integrados com a comunidade.

Assim, fomenta-se a integração de esforços entre a polícia e a sociedade no desenvolvimento de programas de prevenção de crimes e na gestão local da segurança pública. É crucial ressaltar que o funcionamento eficaz da polícia comunitária depende não apenas da atuação policial, mas também da colaboração da população. Esta deve estar ciente dessa abordagem, participando de reuniões, expressando opiniões, fornecendo informações e compartilhando dados relevantes com as autoridades policiais.

Este estudo aborda a crescente implementação da Polícia Comunitária, destacando sua abordagem inovadora no enfrentamento da criminalidade. A filosofia da polícia comunitária alinha-se com a Constituição Federal, buscando assegurar a segurança pública por meio da participação ativa dos cidadãos. O foco na prevenção primária de delitos envolve programas integrados com a comunidade, dependendo da colaboração da população. Nesse sentido, a Polícia Comunitária surge como uma resposta ao modelo tradicional de policiamento, promovendo uma abordagem legal, centrada na dignidade humana, e fomentando a cooperação entre polícia e sociedade.

Por fim, este artigo conclui que a Polícia Comunitária surge como resposta à obsolescência do modelo tradicional de policiamento, o qual é restrito, focado apenas na repressão do delito e gerando tensões entre a sociedade e a polícia. A abordagem comunitária emerge como um modelo fundamentado na legalidade e na dignidade da pessoa humana, modificando o paradigma de segurança ao atender às demandas da comunidade, resolvendo problemas de forma colaborativa e promovendo o apoio mútuo e a cooperação.

REFERÊNCIAS

Bengochea, J. L. P., Guimarães, L. B., Gomes, M. L., & Abreu, S. R. de. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 119–131. <https://doi.org/10.1590/s0102-88392004000100015>

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV/USP). Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança. 2009. Recurso eletrônico.

Pereira, G. G., & dos Santos Silva, V. (2018). POLÍCIA COMUNITÁRIA: DEFINIÇÕES E IMPLANTAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM.

Junior, E. N., & de Rezende, E. C. (2018). POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS – PARCERIA ENTRE A PM/GO E POPULAÇÃO E SEUS RESULTADOS. Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM.

Sousa, M. J. P., & Borba, G. A. (2018). POLICIAMENTO COMUNITARIO DO ESTADO DE GOIAS - GOIANIA ARTIGO INFORMATIVO SOBRE A MODALIDADE DE POLICIAMENTO COMUNITARIO COMO ESTRÁTEGIA PRESENTE NO TRABALHO POLICIAL MILITAR DO 9o BATALHAO DE GOIANIA. Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM.

Neves, P. S. C., & Passos, G. R. (2007). POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO. *Revista TOMO*, 10, 149–167. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i10.440>

de Miranda, O. P. (2006). Programas de Policiamento Comunitário e Programas de Capacitação Voltados para as Comunidades. APROCOM – Associação Pró-comunidade.

da Costa, T. G. D., & dos Santos Silva, V. (2018). *A RELEVÂNCIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA*. Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM.

APÊNDICE

⇒ Qual sua idade?

- 18 a 30 anos
- 30 a 40 anos
- 40 a 50 anos
- Acima de 50 anos

⇒ Quanto tempo de serviço na Polícia Militar?

- Menos de 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- Entre 10 a 20 anos
- Mais de 20 anos

⇒ Você já teve alguma interação com a Polícia Comunitária em Goiás?

- Sim
- Não
- Talvez

⇒ Já participou ativamente em frentes de policiamento comunitário?

- Sim
- Não
- Talvez

⇒ Você acredita que o policiamento comunitário contribui para melhorar a segurança em seu bairro?

- Concordo
- Discordo
- Neutro

⇒ Na sua opinião, o policiamento comunitário é importante para a prevenção do crime?

- Concordo
- Discordo
- Neutro

⇒ Você acredita que essa forma de policiamento é mais eficaz que um policiamento tradicional?

- Concordo
- Discordo
- Neutro

⇒ Em sua opinião, existe uma aproximação da sociedade com a polícia para combater a criminalidade através da Polícia Comunitária?

- Concordo
- Discordo
- Neutro

⇒ O contato entre comunidade e a Polícia é importante para as pessoas se sentirem mais seguras?

- Concordo
- Discordo
- Neutro

⇒ Como você analisa a relação entre a sociedade e a polícia em Goiás?

- Positiva
- Negativa
- Neutra